

HOORNAERT (Eduardo). — *Formação do catolicismo brasileiro — 1550-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos*. Petrópolis. Vozes. 1974. 140 pp.

A Editora Vozes acaba de publicar um livro do Prof. Hoornaert, de Recife. O Autor, de início, destaca duas tradições na historiografia brasileira: Varnhagen e Capistrano de Abreu: “História dos grandes, dos poderosos, das instituições que dominam o povo brasileiro” e “história dos esforços dos brasileiros comuns, do povo mesmo”. Considerando o catolicismo a história da fé e das crenças vividas pelo povo, opta o autor por Capistrano de Abreu. Menciona em seguida as barreiras existentes para a pesquisa da vida dos pobres no Brasil: o simples descuido em registrar fatos ocorridos com os pobres, destruição de documentos considerados humilhantes e o fato de a história dos colonizados ser frequentemente constituída e interpretada pelos colonizadores. Contudo, existe a história dos pobres. Ela existe na sabedoria popular, nas tradições que se transmitem de geração a geração, no simbolismo religioso, pois a religião diz respeito a experiências humanas concretas, constituindo assim, uma história simbólica de grande valor.

O catolicismo brasileiro, de caráter obrigatório, teve nos primeiros séculos de nossa formação histórica uma importância fundamental. Embora indiretamente, a inquisição portuguesa influenciou a evolução do catolicismo brasileiro, funcionando como um verdadeiro terceiro poder, ao lado do poder espiritual do papa, bispos, sacerdotes e do poder temporal do rei, funcionários e militares. O catolicismo estava arraigado na vida pública. Daí as “numerosas confrarias, irmandades, ordens terceiras, e especialmente as confrarias denominadas ‘Santa Casa de Misericórdia’ que se difundiram por quase todas as cidades coloniais, desde os primórdios da colonização”. A repressão motivou um formalismo típico do catolicismo brasileiro. Sob invocações e imagens católicas os africanos continuaram a adorar seus orixás.

O Iluminismo trouxe alguma mudança nos meios intelectuais dos quais emanava o Marquês de Pombal, e esta mudança repercutiu no Brasil. Começou-se a perceber que certas formas de catolicismo podiam ser patológicas: Antônio Nunes Ribeiro Sanches, D. Luís da Cunha, Antero de Quental e outros.

Sob o título “Catolicismo e Sincretismo” o Autor passa a analisar a assimilação pelo catolicismo brasileiro de traços culturais oriundos de outras crenças. Define sincretismo como “a coexistência de elementos — entre si estranhos — dentro de uma religião”. Este é uma exigência da missão religiosa que tem dois momentos: 1). — apolégico ou afirmação da fé cristã sobre as demais; 2). — sincrético ou mergulho no paganismo para impregná-lo pela fé. “Não se pode, de maneira alguma, aceitar a posição dos que dizem que existe, de um lado, o Cristianismo puro e autêntico e, de outro lado, o paganismo oposto e irreconciliável. A realidade é bem mais complexa: existem diversas situações humanas, diversas culturas. A autenticidade do Cristianismo se situa no nível destas situações e vivências, não no nível dos símbolos”. O estudo deste sincretismo já foi feito por vários estudiosos, como muito bem ilustra o Autor.

Depois desta Introdução em que nos indica sua postura metodológica, passa o professor Hoornaert a tratar especificamente dos três “sincretismos católicos ou três realizações concretas do Cristianismo dentro da cultura brasileira”: o catolicismo guerreiro, o patriarcal e o popular; os dois primeiros pertencentes ao mundo dos portugueses, o último ao mundo dos índios, africanos e seus descendentes.

Chamamos a atenção para esta introdução, onde o Autor delinea o seu trabalho, comprovando o sincretismo do catolicismo brasileiro.

Tratando em seguida do catolicismo guerreiro, o Autor focaliza o messianismo guerreiro dos portugueses colonizadores, da idéia de “guerra santa” e das expressões desses no Brasil português e de seus efeitos sobre a realidade brasileira. Aborda a contestação do catolicismo guerreiro em nome do Evangelho, onde cita Suarez: “Os estados pagãos são tão justos como os estados cristãos” e Las Casas: “Nenhum estado, nenhum rei ou imperador pode alienar um território ou mudar seu regime político sem o consentimento expresso de seus habitantes”. Discorre depois com outros contestadores desde os primórdios até a atualidade.

O catolicismo patriarcal é tratado em seguida como uma “criação do governo metropolitano, uma resposta ao angustiante problema da posse das terras americanas roubadas aos índios”. É a sacralização da nova sociedade implantada no Brasil pelos portugueses, uma forma de sacralização da ordem estabelecida, inserindo-se na longa lista de “religiões de estado” cuja função é sacralizar e assim perpetuar o poder dos Estados. Aponta o Autor as circunstâncias que possibilitaram a formação deste catolicismo patriarcal, caracterizado como

“um sincretismo entre a religião católica ibérica e o ambiente escravocrata no Brasil”. Assinala também a razão da persistência de numerosos elementos do catolicismo patriarcal, mesmo após o desmoronamento do sistema rural e patriarcal no Brasil. Com a mesma seriedade estuda em seguida o catolicismo mineiro.

No último capítulo explica porque usa a expressão “catolicismo popular” ao caracterizar o catolicismo dos índios e dos africanos e o de seus descendentes, observando ser este catolicismo popular a “cultura mais original e mais rica que o Brasil já produziu durante os quatrocentos e tantos anos de sua história”. “O catolicismo popular não é senão a dominação interiorizada, ela provoca na alma do pobre a adesão passiva e submissa ao sistema”. Daí os termos bem conhecidos da religião popular: conformidade, paciência, fatalismo; mas não é só esta interiorização da opressão. Distingue o Autor entre providencialismo e progressismo como duas posições no catolicismo brasileiro, estudando em seguida os aldeamentos e os quilombos.

Conclui com o “verdadeiro e falso sincretismo” onde aborda o colégio católico, que “desde o início, por causa de seus compromissos, deixou de ser sinal de libertação no meio da sociedade escravocrata, e assim ficou durante a ulterior evolução”.

Livro de leitura agradável, bem documentado, situa-se na lista de pesquisas sobre a religião na sociedade nacional. Indispensável leitura aos estudiosos de história, política, antropologia e sociologia. Surgiu em boa hora esta valiosa obra do Prof. Eduardo Hoornaert.

JANUÁRIO FRANCISCO MEGALE

* *
*